

A COLONIALIDADE DO PODER NA OBRA “O SÉTIMO JURAMENTO”, DE PAULINA CHIZIANE.¹

The coloniality of power in Paulina Chiziane's work “The Seventh Oath”.

Daniel Conte²

Sarah Francieli Mello Weimer³

Thaís Vieira de Paula⁴

Resumo: Este trabalho toma como objeto o livro “O Sétimo Juramento” da escritora Paulina Chiziane, o qual entrelaça o cotidiano urbano de uma família, que alcançou prosperidade econômica na sociedade moçambicana no pós-independência, ao misticismo das tradições originárias do país povoadas por lendas, mitos, seres extraordinários, feitiçaria e pelo constante tensionamento entre o bem e o mal. Valendo-se do enredo ficcional, este estudo articula o entrecruzamento da literatura e da ciência política, explorando as concepções de modernidade e colonialidade presentes na obra, a partir das (des)venturas envolvendo a personagem de David, que no passado fora um agente da resistência, tendo lutado pela independência de Moçambique e que, posteriormente, torna-se o corrupto diretor-geral de uma empresa. Nesse contexto, o personagem se compromete apenas com a aquisição e a manutenção do poder em suas diversas nuances. Como base teórico-crítica, Ballestrin, Maldonado-Torres, Quijano e Quintero serão os norteadores.

Palavras-chave: Literatura; colonialidade; Paulina Chiziane; Sétimo Juramento.

Abstract: The present article has as object the book “O Sétimo Juramento” written by Paulina Chiziane, which intercrosses urban daily life of a family that has reached economic prosperity in Mozambican society in the post-independence period, to traditions’ mysticism originating in a country full of legends, myths, extraordinary beings, witchcraft and the constant tension between good and evil. Starting from the fictional plot, this study articulates the intersection of literature and political science, exploring the conceptions of modernity and colonialism present in the work, from the (mis)fortunes involving the character David, who was an agent of resistance, fighting for Mozambique’s independence and, subsequently, becoming a corrupt CEO of a company. In this context, the character commits itself only to the acquisition and maintenance of power in its various nuances. As a theoretical-critical basis, Ballestrin, Maldonado-Torres, Quijano and Quintero will be the guiding principles.

Key words: Literature, colonialism, Paulina Chiziane, Setimo Juramento

¹ **Daniel Conte** é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana e mestre em Literatura Comparada. Atua como professor permanente e pesquisador da Universidade Feevale no PPG em Processos e Manifestações Culturais e nos Mestrados Profissionais em Letras e Indústria Criativa. É Professor Visitante no PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016-2022), na linha de pesquisa Pós-colonialismo e identidades. Está vinculado aos grupos de pesquisa Linguagens e Manifestações Culturais (U. Feevale) e SUTRA - Subalternidades, Transculturalidade e Perspectivas Decoloniais (UFPE). É membro Associação Internacional de Estudos Literários e Culturais Africanos (AFROLIC) e da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). Tem experiência na área de Letras com ênfase nas Literaturas em Língua Portuguesa da África, Ásia e Brasil.

Thaís Vieira de Paula é mestre em Relações Internacionais pela PUC/MG. Atualmente desenvolve seus estudos de doutoramento em Ciências Políticas no IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como temas de investigação, as questões de gênero e subalternidade são norteadoras, debruçando-se, especificamente, sobre feminismo crítico e feminismo decolonial. É bolsista do CNPq.

Sara Weimer é mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde, atualmente, desenvolve seus estudos de doutoramento em Ciências Políticas no IFCH. Como temas de investigação, as questões de Direitos Humanos e do constitucionalismo na América Latina são os principais. É membro do Núcleo de estudos em Justiça e Poder Político (NEJUP), da UFRGS.

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor Convitado no PPG-Let UFRGS. Professor e pesquisador da Universidade Feevale no PPG de Processos e Manifestações Culturais e nos Mestrados Profissionais em Letras e Indústria Criativa.

³ Doutoranda em Ciências Políticas pela UFRGS.

⁴ Doutoranda em Ciências Políticas pela UFRGS.

1. À guisa de apresentação do objeto

Localizada na África Oriental, a República de Moçambique é o espaço no e sobre o qual Paulina Chiziane materializa sua escritura ficcional. O país conquistou sua independência em 1974, em meio a uma onda anticolonial que já mobilizava outras colônias portuguesas no continente africano, tal como Angola e Guiné Bissau e alcançou o feito devido ao protagonismo dos movimentos políticos em favor da causa. Destaca-se dentre esses movimentos, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que põe em marcha uma campanha de guerrilha contra o governo português em setembro de 1964. Após uma década de confronto, Portugal firmou com a ex-colônia os Acordos de Lusaka, em que reconhecia formalmente o direito da sociedade moçambicana à independência, bem como transferia à FRELIMO os poderes e a soberania do país. O novo governo estabeleceu-se orientado pelos princípios marxistas, contando com o apoio diplomático e militar de Cuba e da União Soviética, o que gerou embates com a organização oposicionista da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), contrária ao regime comunista. Nessa ordem, logo após a libertação, Moçambique foi afligido por uma longa guerra civil, marcada pela violação dos direitos humanos e por táticas terroristas – promovidas pela RENAMO.

O conflito só chegou ao fim em 1992, por meio do Acordo Geral de Paz e precedido por alterações radicais no país, como a mudança do sistema socialista para o capitalista, a promulgação de uma nova constituição, prevendo um sistema político multipartidário e uma economia baseada no livre mercado, por exemplo. Mas apesar do encerramento da guerra, Moçambique não se viu livre dos acentuados problemas sociais e econômicos deixados por ela, tampouco do conservadorismo cristão que, associado às tradições étnicas servia para reforçar a segregação entre as experiências possíveis aos homens e às (im)possíveis às mulheres, dentro da mesma organização social.

Neste cenário, ganha destaque a narrativa da moçambicana Chiziane que, após ter militado pela FRELIMO, decidiu dar continuidade em sua luta pelos direitos humanos e, em especial, aos direitos das mulheres, valendo-se da literatura como meio de enfrentamento de uma realidade em que à “mulher não são permitidos sonhos nem desejos. A única carreira que lhe é destinada é casar e ter filhos”, conforme testemunha a autora (CHIZIANE, 2013, p. 201). Seu primeiro livro “Balada de Amor ao Vento”, publicado em 1990, foi uma narrativa inédita ao retratar o cotidiano feminino e, também, ao narrar em primeira pessoa os conflitos vividos por uma mulher, a

protagonista Sarnau, em uma Moçambique pós-independência, porém, ainda, marcadamente patriarcal e conservadora. Na sequência, publicou “Ventos do Apocalipse” (1993) que, esteticamente posto como uma contação de histórias em volta da fogueira, apresenta ao leitor o relato da resistência de uma comunidade assolada pelo sofrimento e pela violência sobrevividos da guerra civil, que sucedeu a libertação do país.

Anos mais tarde, Chiziane lança o título “O sétimo Juramento” (2000), romance que gira em torno das desventuras de um personagem, David, que, a fim de ascender ao poder político, pois já estabilizado economicamente, recorre à feitiçaria (seu sétimo juramento), e, para obter êxito, usa a própria família como moeda de troca. Apesar do foco nas experiências e problemáticas que circundam este homem, a história não deixa de retratar a condição das mulheres, bem como as estratégias forjadas por elas para o enfrentamento da posição subalterna que lhes é relegada nessa sociedade. Ambientada em uma Moçambique já independente, a trama ilustra tanto o tensionamento entre a modernidade, representada pelas práticas cristãs e a ojeriza aos costumes pagãos, que remontam ao misticismo das tradições étnicas; como também o embate entre as forças do bem e as do mal, que, de certa maneira, o texto corporifica no contraste entre as personagens femininas solares e as masculinas sombrias.

O presente trabalho, por sua vez, aponta à linha de estudos que, sob o emblema “pós-colonial”, questiona a narrativa ocidental e hegemônica da modernidade, visto que esta conferiu à Europa uma posição de privilégio enunciativo, e, que mesmo após o encerramento do período colonial, conservou o favorecimento das características europeias em detrimento de outras referências de vida, externas àquela territorialidade. Essa narrativa que evidencia uma condição de pós-colonialidade, perpetua, na estrutura funcional da malha social, arquétipos antro-po-comportamentais que reavivam valores coloniais e mantêm o exercício do poder colonial nas práticas cotidianas. Busca-se, aqui, associar a crítica à concepção preeminente de modernidade à obra literária em questão, pois a base epistemológica que orienta esta pesquisa fomenta o entrelaçamento entre os diversos campos do saber, tal como a literatura e a ciência política, com vistas a esmiuçar o constructo sociocultural de uma Moçambique, a partir dos olhos e da escritura de Paulina Chiziane.

Para tanto, o estudo está organizado em três partes. Inicialmente, apresenta-se o romance, “O Sétimo Juramento”, com especial ênfase aos episódios que marcam a oposição entre a modernidade e a colonialidade, tanto na trajetória de David, como na

rotina da família e, também, na perspectiva das personagens femininas (seja de Vera, da avó, da filha ou da maga). Em seguida, a epistemologia que norteia o trabalho é apresentada, bem como seus principais expoentes e as concepções de colonialidade do poder e do ser. Propõe-se, por fim, a análise da obra pela óptica da base teórica, a fim de identificar o entrecruzamento da realidade com a ficção e da estrutura da colonialidade com a política.

2. Moçambique pelo olhar de Paulina Chiziane

Inseridas em um contexto de produções literárias de denúncia sobre a ânsia de libertação e, também, das condições sociopolíticas precárias que restaram após a conquista da independência, as obras de Chiziane expõem a violência e os reflexos, mesmo nos meandros mais sutis, da exploração colonial a que por muito tempo foram submetidos grande parte dos países africanos, tal como Moçambique, ex-colônia portuguesa. A autora, que rechaça o título de romancista⁵, afirma que sua escrita tenta retomar as memórias das histórias contadas em torno da fogueira e que falavam da vida fantástica de mulheres e de homens comuns que haviam passado por aquela terra. O livro sobre o qual este trabalho se debruça é o terceiro escrito por Chiziane, sendo sucedido pelos títulos “Niketche: Uma história de poligamia” (2002), “O Alegre Canto da Perdiz” (2008), “As Andorinhas” (2009), “Na mão de Deus” (2013), “Por que vibram os tambores do além” (2013), “Ngoma Yethu: O curandeiro e o Novo Testamento” (2015) e “O Canto dos Escravos” (2017), os quais mantêm a centralidade temática no contexto social de Moçambique, na relação do seu povo com os costumes e com suas tradições, bem como a condição da mulher naquela sociedade.

2.1 Apontamentos sobre o romance

Em “O Sétimo Juramento”, a narrativa se desenvolve em um país já liberto, mas que evidencia as máculas de séculos de colonialismo, pela violência e pela situação de extrema desigualdade social agravada, ainda mais, pela guerra civil. Isso porque, depois de dezesseis anos de conflito entre o novo governo e a oposição, a população moçambicana era majoritariamente pobre, embora houvesse uma pequena burguesia

⁵ FAGUNDEZ, Ingrid. Primeira romancista de Moçambique diz não ter liberdade para escrever como um homem: ‘Somos prisioneiras’. **G1**, São Paulo, 30 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2016/10/primeira-romancista-de-mocambique-diz-nao-ter-liberdade-para-escrever-como-um-homem-somos-prisioneiras.html>>. Acesso em 08 mar. 2019.

que, por sua vez, mantinha-se pela espoliação do povo. Segundo Costa e Conte (2018, p. 338), Paulina Chiziane

usa da imagem da família como uma espécie de microrepresentação da nação, de um espaço dividido e não entendedor das diferenças da malha antropológica que terão de ser consideradas no processo de (re)tradicionalização no pós-independência. Nessa família, as antigas gerações, mimetizadas na figura dos pais e protagonistas, irão abrir mão de sua identidade e voltar-se contra seus compatriotas, aqui representados pelos filhos, cometendo terríveis crimes. Essa marca diegética é importante, uma vez que traz o questionamento da permanência do exercício do poder colonial nos trâmites da nação, agora livre, no pós-independência.

A obra traz a representação dessa realidade, tendo o personagem David da Costa como um ex-combatente da luta pela libertação, que passa a integrar a classe burguesa, na medida em que desfruta de sua posição de diretor-chefe de uma fábrica na capital, anteriormente dirigida pela administração colonial. Ocorre que ele passa a desviar vultosas quantias de dinheiro da empresa para seu gasto pessoal, mesmo que isso signifique deixar os trabalhadores sem receber seus salários ao largo de meses. Com a espoliação como prática comum, os operários, em situação de extrema vulnerabilidade, articulam greves, paralisações e represálias aos dirigentes, a fim de terem seus direitos atendidos - o que agrava a tensão social e coloca em risco o futuro do diretor-chefe na fábrica.

David acende a luz e olha para o relógio. (...) Liga o rádio para ouvir as notícias da madrugada. A greve dos trabalhadores da indústria açucareira soa-lhe como o silvar de espadas. – Meu Deus, o que vem a ser isto? O desespero apossa-se da sua alma como um condenado a um passo da morte. (...) Pensa no seu desempenho. A sua actuação é digna de censura. Faz o balanço. Os operários do açúcar não recebem há vinte e quatro meses. Os seus não recebem há apenas seis meses. Muito pouco tempo. Comparado com outros directores ele é um santo. Os motivos destes atrasos têm sua razão de ser. Tirou alguns fundos para adquirir uma viatura nova e celebrar condignamente os quarenta anos de Vera, sua esposa. Tomou outros fundos para comprar acções de um grande empreendimento. Não se trata de fraude, nem de roubo. Foi uma transferência de fundos, uma espécie de empréstimo para criar capital, cuja reposição será feita na devida hora. Um director que se preza deve ter capital próprio, uma representação compatível com o cargo. (CHIZIANE, 2000, p. 14-5)

Frente a isto, David segue corrompendo-se, pois além do poder econômico, quer obter poder político para contornar os conflitos com os operários e, conseqüentemente, manter seu *status* na empresa e na sociedade. Contudo, sua intenção enfrenta uma ameaça de frustração, pois em reunião com seu conselho gestor, fica sabendo que estes estão de posse de documentos que podem comprovar seu envolvimento em fraudes e

desvios de dinheiro, o que causou o atraso dos pagamentos e, conseqüentemente, acarretaram mortes, decorrentes da pobreza e da fome. David traz uma figuração bastante recorrente nas literaturas das ex-colônias portuguesas, a da contextualização do discurso revolucionário em espaço diverso daquele da insurgência. A

narrativa de Chiziane apresenta, no contexto moçambicano do governo pretensamente revolucionário da FRELIMO, desvios do rumo da construção de uma sociedade socialista tal quais os ocorridos no plano soviético. A personagem principal do romance retira fundos da fábrica estatal que dirige com o objetivo único do bem estar próprio, além de revelar uma clara concepção de que ele precisa se colocar como classe privilegiada, sustentando a existência de classes sociais que, teoricamente, a Frente de Libertação de Moçambique intentava acabar (AGUIAR;CONTE;TETTAMANZY, p. 139)

Desesperado com a perspectiva de rebaixamento social, embora inicialmente hesitante, David recorre à feitiçaria para não apenas manter seu poder econômico e político, mas conquistar poderes ilimitados. Nessa ordem, observa-se o enfrentamento da assimilação da civilidade europeia, da cristianização e do apagamento das origens - marcas deixadas pelo tempo da colonização - em face das tradições religiosas dos antigos, permeadas por magias e feitiçarias que contrapõem o bem e o mal. Isto porque, embora tenha assimilado o catolicismo, herdado do colonizador, David desloca-se da urbanidade de Maputo para Inhambane, terra de temidos feiticeiros, e que, consoante Santos e Przybylski (2014, p. 24), podem representar a extremidade da resistência à cultura europeia, buscando o misticismo pela promessa de salvar-se da decadência. Assim, acaba buscando um poderoso e temido feiticeiro moçambicano, *Makhulu Mamba*, o qual oferece ao personagem a oportunidade de solucionar seus problemas por meio de um juramento, o sétimo de sua vida – e que dá título ao livro:

- Fiz o juramento do baptismo, juramento da bandeira, matrimônio, jurei servir a revolução e lutar pela independência, jurei servir a nação no dia da minha graduação, jurei competência e zelo na tomada de posse como director da empresa. (...) - Este juramento será então o sétimo da tua vida. (CHIZIANE, 2000, p. 152)

O feiticeiro é a representação do mal, dos poderes diabólicos e quando David decide comprometer-se com essa força e prestar seu juramento, garante que não poupará esforços, nem mesmo a vida dos seus, para obter mais e mais poder:

Eu juro, sim. Matarei a minha mãe, meus filhos e todos aqueles a quem amo, se esse for o desejo dos deuses. Hei-de transformar o seu sangue em ouro, para que a riqueza corra nas mãos dos deuses como águas do rio (CHIZIANE, 2000, p. 168).

A construção do personagem do ex-revolucionário, agora diretor da empresa, portanto, traduz o colapso das motivações e ideais daqueles que outrora lutaram pela libertação do país, mas que quando alcançaram o poder adotaram posições adversas aos interesses e direitos das massas trabalhadoras, dando continuidade à opressão e à exploração que marcaram os séculos de colonização em Moçambique, como demonstra a passagem que abre a obra:

A ilusão de um amanhã melhor há muito murchou, (...) Morre um e vem outro, nunca caminhando juntos para a harmonia da natureza. As palavras fome, guerra, greve, fuga, massacre, roubo, desgraça, fazem hoje o discurso da maioria. Os passos dos homens já não são desfiles serenos, mas marchas de protesto. As palavras poder, revolução, soam como maldição, nos ouvidos ensurdecidos pela violência das explosões em nome da democracia. (CHIZIANE, 2000, p. 11).

Ademais, observa-se com muita intensidade, especialmente em David, a imposição exterior de um catolicismo trazido pelos colonizadores portugueses, presente nos espaços urbanos, que aspiravam realizações capitalistas, em contraste com regiões afastadas dos centros urbanos, nas quais se praticavam mais livremente as crenças de magia e religião.

Tem-se, desse modo, a configuração de sujeitos fragmentados que se perderam entre tradições, que embora possam ser desconhecidas para alguns, são fortemente rechaçadas por aqueles que se identificam com a modernidade, com o ideal europeu, ainda que as práticas de magia não deixem de cercá-los e marcar seus destinos, em um jogo entre o “novo” e “antigo”, em que o bem e o mal são antagonizados, também, por meio das figuras femininas e masculinas, respectivamente.

Nesse sentido, David da Costa (o nome de origem africana de seu personagem é Magalule Machaza Cossa) acaba por representar a corrupção material (desejo de poder e de riqueza) e espiritual (adoção do nome de origem hebraica e consequente apagamento de sua origem africana), encontrando-se em um limbo, pois, inicialmente, nega e afasta-se das tradições que o circundam, já que se identifica como um homem moderno, não afeito às credences e às irracionalidades, embora, mais tarde, vá em busca desse conforto imaginário para alcançar seus objetivos. Vislumbra-se, assim, que ele não se reconhece completamente em nenhum desses espaços, fixando-se em algum lugar entre esses espaços opostos, e, de alguma maneira, conformando a lógica capitalista com as tradições mágicas, conforme anuncia após iniciar a perseguição da feiticeira: “Tenho já o corpo blindado, ninguém me toca. Sou aquele que caminha sobre as águas e não se

afunda. Se alguém me quiser levar ao tribunal, compro a justiça com o dinheiro que tenho” (CHIZIANE, 2000, p. 128).

Além das desventuras experienciadas por David, a obra conta com outras narrativas importantes, tal como a da personagem Vera, sua primeira e oficial esposa; dos filhos do casal, Clemente e Suzy; e da avó das crianças e mãe de David, Inês, dentre outras personagens. No papel de mulher de um homem de destaque na sociedade moçambicana, Vera ascendeu socialmente, distanciando-se da condição de filha de uma prostituta que sequer conheceu o pai (CHIZIANE, 2000, p. 202), e, assim como o marido, no começo da narrativa, encontra-se afastada tanto do povo, quanto de suas origens e tradições. Devido ao espaço que ocupa e o *status* que representa tem a frivolidade como característica marcante, mas sempre ao lado da devoção e da subalternidade em relação ao marido, como refere o trecho em que logo ao acordar, vai à janela e observa a marcha de mulheres operárias seguindo em direção ao trabalho:

Correm-lhe na mente memórias da infância. Uma palhota. A panela vazia. (...) Do seu pedestal solta o espírito e deixa a mente vadiar na pobreza que desfila na estrada grande. (...) Encolhe os ombros impotentes, e deixa-se embalar por pensamentos tristes. (...) O que me deu hoje, para me preocupar com os problemas dessa gentinha?, censura-se. Nasci na pobreza, mas não tenho a sina da miséria. Tenho um marido que me dá tudo: um orçamento gordo no fim de cada mês, sexo na hora certa, honra, prestígio social. Cada um tem a sua sina e carrega a sua cruz. Essas mulheres sem trela pululando pela estrada grande e na maior das misérias devem ser uma cambada de divorciadas, prostitutas reformadas, mulheres soltas que desprezaram o casamento para viver com mais liberdade todos os prazeres da vida. (...) Ela olha-as de cima e mostra-lhes o traseiro. Despreza-as. Sente em si a nuvem que voa alto e não se mancha, porque os problemas do mundo estão muito abaixo dos seus calcanhares. Regressa à cama e abraça seu homem. (CHIZIANE, 2000, pp.16-7)

Essa personagem sintetiza o preconceito que incide sobre as mulheres, que embora sejam consideradas fúteis, também estão condicionadas a promover a harmonia do lar, a tranquilidade, afinal “(m)ulher é mãe, mulher é terra que Deus colocou à disposição do homem como rampa de lançamento no voo da vida” (CHIZIANE, 2000, p. 36). No decorrer da trama, porém, seu papel aumenta de importância e se despoja das limitações iniciais, uma vez que, em associação com Inês, sua sogra, e, mais tarde, com Moya, a feiticeira, é incansável na luta para salvar sua família das forças malévolas que, tanto pela herança espiritual, quanto pelas escolhas de David, aterrorizam a paz e a vida de todos. Entretanto, é possível identificar em Vera o sentimento de deslocamento e, também, a relutância em admitir suas origens, ao passo que existe certo desconforto, inadequação como deveria ser:

– Esta noite, a esta hora, gostaria de consultar um adivinho, mas não posso. Por causa da posição do meu marido. Por causa de compromissos de fé com religiões que nada tem a ver com a minha origem. São mais felizes os que acreditam na força mágica das borboletas porque nunca conhecem o desespero. Benditas sejam todas as religiões que dão liberdade para invocar o deus sol, o deus nuvem e o deus trovão. (CHIZIANE, 2000, p.62)

Neste cenário, a avó Inês desempenha o elo com a tradição e com a sabedoria dos antepassados, auxiliando tanto a nora, quanto o neto em sua missão de dirimir as dívidas da família com os espíritos ancestrais, uma vez que Clemente antagoniza forças com o pai, ao representar a potência do bem, da instrumentalização da magia para a paz, para a salvação. A importância da avó Inês também está em ser ela a revelar para Vera, sobre a sina em que sua família está inscrita, repleta por mortes, vilania e sacrifícios, do qual David é o herdeiro direto. É a velha que traz em seu discurso as aporias da existência, bem como o olhar lúcido sobre a materialidade da realidade pós-independência. É ela que articula o trânsito de Vera em busca da condição primeva e que compreende o neto como um sujeito do próprio sistema de cultura.

Nesse momento, a cumplicidade das duas mulheres orienta-se para o auxílio de Clemente, assim, Vera se coloca em marcha e busca a maga Moya, personagem feminina de extrema potência, que a ajuda, protegendo seu filho e iniciando-o na aprendizagem da magia – crucial para a vitória das forças do bem no desenlace da narrativa. A união dessas personagens femininas resulta, apoiadas também nos poderes de Clemente, não apenas no salvamento de Suzy, a filha que David havia possuído e oferecido em seu altar diabólico, mas no destino de toda a família. Apesar não ter sido possível impedir outras tragédias, como a morte do filho da segunda esposa de David, a obra apresenta uma subversão do papel inicialmente atribuído às mulheres, já que graças ao poder de entendimento da tradição conseguem expurgar toda a maldição que lhes aflige e voltar-se, simbolicamente, resistentes aos aparelhos ideológicos que o Estado moçambicano operava.

3. O pós-colonialismo e colonialidade do poder

Desde 1978, ano do lançamento da primeira edição do "Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente", de Edward Said, muito se discute a respeito das heranças deixadas pela colonização e pelo colonialismo nas nações que sofreram essa prática. Said foi por muito tempo o único nome reconhecido que traduzia a "invenção oriental" e o sentimento de deslocamento e não-pertencimento experimentado pelas nações

colonizadas. O autor foi o precursor em não apenas externar a condição subalterna, mas em expressar seu pensamento crítico, dando voz às culturas, tradições e costumes presentes nas sociedades narradas em suas obras, e, como consequência, abriu espaço para os estudos do pós-colonialismo.⁶

Nesse sentido, Luciana Ballestrin (2013, p. 90) esclarece que o termo pós-colonialismo pode ser entendido, primeiramente, como um período histórico caracterizado pelos processos de descolonização das nações colonizadas, outrora chamadas de "terceiro mundo". Em um segundo momento, caracteriza as experiências de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo. E, ainda observa que, a partir dos anos 1980, o termo tornou-se utilizado para denominar os aportes teóricos provenientes das reflexões literárias e culturais que foram evidenciadas em universidades dos Estados Unidos e Inglaterra. Assim, para Ballestrin (2012, p. 91) o pós-colonialismo enquanto vertente teórica centraliza seus pressupostos no engajamento voltado à superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade.

Na América Latina os estudos pós-coloniais adquiriram um caráter organizativo a partir dos anos 1990 com o coletivo denominado Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, que possuía como finalidade a criação de uma epistemologia latino-americana que rompesse com o imperialismo dos estudos culturais (Ballestrin, 2013, p.95). Conforme a autora, houve o rompimento do grupo em 1998, e seus membros dissidentes, no mesmo ano, passaram a reunir-se e, em seguida, formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Entendido por seus membros como um grupo de investigação, o M/C possui, de acordo com Escobar (2003) em sua genealogia pensamentos que contemplam a teologia da libertação, a filosofia da libertação, a teoria da dependência, entre outros pensamentos importantes desenvolvidos por pensadores latino-americanos que também eram parte do coletivo (ESCOBAR apud Ballestrin, p. 99, 2013). Um dos conceitos centrais utilizados pelo grupo centraliza os estudos de Aníbal Quijano e a Colonialidade do Poder, este cunhado no ano de 1989 e amplamente debatido, estudado e difundido pelo grupo.

⁶ Registra-se aqui, que este artigo reconhece a importância de diversos autores, entre eles Franz Fanon, que também denunciava em suas obras a complexa relação europeia com as alteridades. No entanto, nesta oportunidade buscou-se ressaltar o pós-colonialismo como disciplina teórica de pensamento crítico que começa a ser reconhecida enquanto tal a partir dos escritos de Said.

Embora os estudos do M/C fossem voltados à realidade latino-americana, entende-se neste artigo que a localização espacial não será um empecilho no que diz respeito à leitura do livro desenvolvido a partir da realidade moçambicana. Sopesando as diferenças e peculiaridades de cada processo de colonização, tanto na América, quanto na África, e, ainda, as distintas realidades geográficas, tem-se que as constatações simples denunciadas por Quijano, de que os vínculos de colonialidade não se findaram com o fim do colonialismo, ao cunhar o conceito de colonialidade do poder podem ser utilizadas para a leitura de diversas realidades que compartilham um passado colonial.

Assim, a invasão colonial reconhecida nos estados africanos e reascendida nas obras de Chiziane oportuniza indagações a respeito dos reflexos da colonização ainda presentes no imaginário e no cotidiano social da vida dos povos atingidos pela modernidade europeia. Essa herança da colonização pode ser traduzida em práticas e costumes e, também, no distanciamento dos mesmos, na separação do bem e do mal e na criação de binarismos que possibilitem a divisão das pessoas, das crenças e, principalmente, das raças.

Os reflexos do colonialismo presentes ainda hoje em países colonizados representa, nesses povos, o que o grupo Modernidade/Colonialidade entende como a colonialidade. Findou-se o processo de colonização, contudo, nas mentes colonizadas perpetua-se - através de práticas adquiridas com a colonização - a colonialidade das mentes, dos pensamentos, de modos e costumes, entre outros, disseminados a partir do início da expansão europeia para as regiões sul do planeta, leia-se América e África.

As novas ressignificações e imposições ganharam nos estudos do sociólogo peruano Aníbal Quijano o nome de Colonialidade de Poder e, entre diversas ramificações, construiu-se a partir desta variável o que o autor (2002) denomina como no novo padrão mundial de poder. Este, por sua vez, tem na ideia de raça "a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial", nas palavras de Quijano (2002, p. 4). Assim, para entender a variável poder, faz-se imprescindível entender que da perspectiva da Colonialidade do Poder, a manifestação do poder caracteriza-se por relações sociais em que os elementos (a) dominação, (b) exploração e (c) conflito estejam presentes (QUIJANO, 2002, p. 5).

Esse padrão mundial de poder tem como base a associação entre a colonialidade do poder, o capitalismo enquanto meio universal de exploração social, o Estado como a forma primordial de controle da autoridade coletiva e o eurocentrismo como uma

maneira imprescindível de controlar a subjetividade/intersubjetividade, especialmente, no que tange à produção de conhecimento. (QUIJANO, 2002, p. 5). Como consequência, o autor assevera que houve uma construção no âmbito intersubjetivo de uma maneira que se pudesse produzir o conhecimento levando em consideração as particularidades cognitivas do capitalismo, entre elas, a

medición, la cuantificación, la externalización (objetivación) de lo cognoscible respecto del conocedor, para el control de las relaciones de las gentes con la naturaleza, y entre aquellas respecto de ésta, en especial de la propiedad de los recursos de producción. (QUIJANO, 2000, p. 287)

A introjeção desses pensamentos maximizadores da suposta necessidade de um sistema capitalista nas sociedades periféricas, inserindo a realidade europeia de maximização de ganhos e de racionalidade. Para além destas questões, essa matriz de pensamento possui sua gênese na Europa, entretanto, não permeia o aspecto cognitivo dos europeus ou somente das potências hegemônicas capitalistas, mas também de todos os educados a partir de sua hegemonia. (QUIJANO, 2000, p. 288).

Para tanto, o estudo da colonialidade do poder direciona ao entendimento de que a existência social está vinculada a cinco pontos básicos sem os quais seria impossível existir: trabalho, sexo, subjetividade/ intersubjetividade, autoridade coletiva e natureza. E, desta maneira, quando há disputa para o controle desses aspectos, diz-se que acarreta na (re)produção das relações de poder (QUINTERO, 2014, p. 196 e 197).

No que tange à dominação do trabalho, ou seja, à exploração, fica explícito a necessidade de manter uma relação de permanente iniquidade. Essa relação de exploração/dominação pode ser exercida por um grupo ou por um indivíduo que se apropria da mão de obra e não retribui com o mesmo valor ou até não retribui e, nesta mesma perspectiva, o controle da subjetividade/intersubjetividade diz respeito à produção de sentidos sociais (QUINTERO, 2014, p. 198), podendo incluir, então, o sentimento de dominação de um indivíduo em relação a outro e, também, as relações de exploração que demarcam relações sociais marcadas por classe, intelecto e cultura.

As relações sociais intersubjetivas são fundamentadas em classificações sociais de caráter hierárquico - uma característica que determina toda população mundial - e é ancorada na configuração e naturalização da ideia de raça (QUINTERO, 2014, p. 203). Essa ideia de raça também pode ser percebida nas sociedades do continente africano a partir da dominação/exploração de uma etnia em relação à outra. Seguindo esse entendimento, a colonialidade refere-se a um padrão de poder advindo das relações

políticas e econômicas que se configuraram no período do colonialismo, contudo, aquela não se limita apenas a vínculos formais de poder entre povos e nações, ela está relacionada também à maneira como trabalho, conhecimento, autoridade e relações intersubjetivas se articulam entre si levando em consideração o fato de estarem inseridos em um contexto de capitalismo mundial e levando em consideração a ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Na ordem histórica dos fatos, o colonialismo precede a colonialidade, uma vez que o colonialismo configura as relações políticas e econômicas estabelecidas entre colonizador e colonizados durante as expansões europeias. O colonialismo refere-se à soberania de um povo em poder de outro povo, Estado ou império. Entretanto, o fim do colonialismo não configura o fim da colonialidade, essa sobrevive na cultura, no senso comum, na autoimagem, nas relações hierárquicas de poder presentes nas sociedades e em diversos âmbitos do cotidiano, da vida pública e da vida privada (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

4. A colonialidade do poder na obra de Paulina Chiziane

As obras da autora moçambicana são interpretadas, neste estudo, como uma denúncia à colonização e às consequências sofridas por quem esteve sob o domínio imperialista das grandes potências. Pondera-se a posição de subalternidade não apenas da mulher, mas de quem é refém de um sistema capitalista que visa à obtenção de lucros e que domina o indivíduo a ponto de fazer com que este se corrompa para atingir um determinado padrão social "modelo" em prol de uma aceitação e de uma falsa sensação de pertencimento.

Chiziane denuncia no contexto social de Moçambique a colonização não apenas da terra, mas também das mentes, dos seres, das mulheres, das crianças e de todos aqueles que cresceram em um local do qual não eram donos. Dentre as diversas personagens de suas narrativas, David é apenas um exemplo da denúncia ao colonialismo, ao imperialismo e à guerra que o colonizador deflagrou em terras moçambicanas. Em suas obras, a autora ilustra as principais características do fenômeno do poder evidenciadas por Quijano (2002, p. 05), como sendo relações sociais que possuem em seus aspectos a co-presença, de forma permanente, de três elementos: dominação, exploração e conflito.

Estes fenômenos que atuam, simultaneamente, na sociedade podem ser reconhecidos em diversos trechos do livro que narram o contexto de David enquanto explorando, ou seja, membro da Frente de Libertação Nacional, ativista pelos direitos do povo negro que buscava libertar seu povo das condições degradantes que os portugueses os impunham. David cresceu em uma Moçambique dominada, explorada e imersa em conflitos por questões de raça, cor, etnia, classe social, religião, entre outros.

Ainda referenciando Quijano (2000, p.04), os elementos dominação, exploração e conflito influenciam as quatro áreas básicas da existência social, sendo elas: (1) o trabalho, seus recursos e produtos; (2) o sexo, seus recursos e produtos; (3) a autoridade coletiva (ou pública) seus recursos e produtos; (4) a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos. No que diz respeito a esses aspectos, a obra de Chiziane (2004) denuncia-os, efetivamente, a partir da narrativa da história de David, do contexto social em que se inseriu e narra, além disso, outras histórias que nos possibilitam compreender as dimensões com que a colonialidade do poder ainda é vivida no contexto de nações exploradas pelo colonialismo.

O primeiro aspecto da colonialidade do poder denunciado no livro pode ser percebido a partir das relações do personagem principal com o trabalho, os funcionários da fábrica e as circunstâncias que o levaram à ascensão profissional. Enquanto ativista pela independência de Moçambique, David lutou contra a opressão, venceu e após a vitória e sua escalada social reproduziu em suas relações empregado-patrão toda a tirania e exploração que sofreu em suas relações com os empregados da fábrica. No momento da primeira greve em que David conversa com um operário e explica que é um revolucionário que luta pela democracia tem como resposta a visão cética do trabalhador: "- Para nós, hoje, a revolução é a versão proletária da tirania. O capitalismo é a versão burguesa da tirania. Democracia é a versão mais sutil da mesma tirania. Tudo é tirania (CHIZIANE, p. 69, 2000)."

O personagem usou de sua posição de diretor geral da fábrica de beneficiamento, para dominar e explorar a classe operária, repercutindo a mesma exploração e dominação que sofrida no passado. Usou sua posição enquanto ativista da independência e da democracia para justificar e consolidar seu poder e para dominar as classes sociais inferiores a sua, instaurando uma espécie de socialismo esquemático. Ao nível de dominação exercido pelo personagem, não importava o quão prejudicial fosse a falta de salário de seus empregados, desde que, o dinheiro estivesse ao seu alcance para

possibilitar uma vida confortável e sem privações. Consoante Daniel Conte (2012, p. 28), David evidencia

o poder instaurado, a democracia vigente e a nova classe operacional governante [...] a plena consciência do poder burocrático e dos benefícios que ele pode trazer. A questão do socialismo esquemático, antes referida, ilustra bem isso: a consciência de classe! [...] uma classe que nasce com o Estado; corporativa (como corporativo é o Estado); fragmentada (como fragmentado é o Estado) e corrupta (como corrupto é o Estado).

Os segundo aspecto da Colonialidade do poder que pode ser encontrado no livro relaciona-se ao sexo, seus recursos e produtos. Entre muitos relatos, Chiziane (2000) revela a forma com que a mulher é tratada e secundarizada na sociedade moçambicana; Vera, a mulher sempre disposta a tudo pela família e pelo marido; Suzy a filha feiticeira, as prostitutas sem valor, as cafetinas imorais; a mulher serpente simbolizada em uma mulher; a sogra em que não se pode confiar. Em contrapartida, a figura central desta história é um homem cristão, batizado e casado, o personagem desenvolve-se na história como um homem monogâmico, temente a Deus e monoteísta. Contudo, faz uso da prostituição para satisfazer desejos sexuais, cometendo, desta maneira, estupros ao iniciar crianças na prostituição, além de fomentar a prostituição com doações para uma família que mantém negócios na área.

Quando conhece Mimi, uma jovem que aparentar ter menos de 15 anos de idade, David fica receoso sobre ter ou não relações sexuais com ela, mas ao mesmo tempo permanece a curiosidade a respeito de um corpo novo. Tia Lúcia leva David e Mimi ao quarto, a menina está com medo, chora de tristeza, mas também de felicidade, porque Tia Lúcia prometeu que não mais faltará o pão, roupas e abrigo para que ela se acomode. Da parte de David, para além da culpa curiosidade, recaem a culpa da pedofilia, do reconhecimento da menina como criança.

Está tudo preparado. A Tia Lúcia convida o senhor diretor para entrar no quarto. Pisca-lhe um olho, maliciosamente:

- Bom apetite, senhor diretor.

- Muito obrigado.

- Ah, esquecia-me. É uma estreia, divirta-se. (CHIZIANE, 2000, p. 51).

Dessa noite, surgem em David o desejo do novo e os novos conflitos conjugais. O vínculo afetivo desenvolvido com a esposa Vera revela um relacionamento composto de um dominador e uma dominada. Em determinado momento, em uma conversa de Vera e sua avó, a ancestral explica que "Mulher é o centro da força. Mãe é pedra firme que constrói pontes, muralhas, monumentos que protegem os ninhos dos predadores e

dos ventos maus (CHIZIANE, 2000, p. 54)". Este excerto contribui para a compreensão do papel da mulher nesta sociedade como responsável pelo equilíbrio do lar e do marido, como responsável pela fluidez das relações presentes em seu lar. A mulher nesta obra é antagonista da própria vida, sem direitos claros nessa construção social que é ser mulher e que está naturalizada e sedimentada na sociedade em que Vera pertence. Entretanto, Vera não ocupa apenas o lugar de vítima na narrativa, pois assim como o marido, a personagem a todo tempo evidencia as assimetrias de classe presentes e se faz valer de sua posição social para olhar com desprezo os demais seres que estão abaixo de suas perspectivas econômicas.

Vera reproduz no meio em que passeia as relações de dominador e dominado que fazem parte do cotidiano de sua casa. Assume o papel de dominadora na ausência do marido e evidencia toda vez que olha ao seu redor as assimetrias de classe presentes em seu entorno, mas não na tentativa de combatê-los, mas de torná-los distantes, diferentes e não pertencentes ao seu espaço e à sua realidade. Prostitutas e mulheres pobres são para Vera responsáveis pela própria sorte.

Outro aspecto encontrado no texto remete-se às questões da subjetividade e intersubjetividade e são encontradas nos diálogos entre o bem e o mal presentes na estrutura da sociedade e reproduzidas de forma consciente e inconsciente pela sociedade. Desde o início do livro David se mostra um homem de religião, ligado às questões espirituais e temente a elas. No desenvolver do livro, percebe-se que a ligação do personagem com a igreja católica vem de um apelo da mãe para combater feitiços feitos pelo pai do personagem. Responsável pela catequização de negros e indígenas, a Igreja Católica foi um grande expoente da colonização no continente africano e continua, ainda, por ser uma importante representante da colonização europeia no continente africano. Isso porque, ainda que o colonialismo tenha chegado ao fim, a igreja continua disseminando os costumes católicos ocidentais e discriminando costumes tradicionais presentes nas religiões. Igreja e tradição não-ocidental chocam-se a todo momento na narrativa. David, homem urbano, que assimilou os costumes ocidentais e que reproduz as explorações ocidentais, vê-se refém de um Deus e de uma religião teísta que não opera milagres como os deuses das religiões politeístas, especificamente sua etnia, o povo bantu.

A separação entre o bem e o mal, entre o cristão e o pagão e entre o certo e o errado desenvolvidas pela civilização ocidental e amplamente difundida pela igreja cria no personagem a culpa católica de recorrer à obscuridade para resolver seus problemas

de corrupção, desvio de dinheiro e exploração do trabalhador. Fica evidente na leitura que a maior preocupação de David não diz respeito aos cidadãos prejudicados com suas ações de improbidade, mas com o quanto sua relação com a magia negra pode afetar sua relação com Deus, minimizando, desta maneira, os crimes cometidos que não se relacionam com a fé ocidental.

O livro se intitula "O Sétimo Juramento", exatamente, por uma menção à religião. O juramento que David fez com o curandeiro denominado Makhulu Mamba equivale ao sétimo de sua vida, mas não apenas na religião bantu, o sétimo juramento refere-se a todos os juramentos prestados por David, entre eles, o batismo e o matrimônio realizados na igreja em que frequentava. Apesar de utilizar a religião para fazer o mal, o personagem parece libertar-se de alguns preceitos ocidentais excludentes, parece romper com costumes que foram assimilados ainda na infância.

Entretanto, apesar do novo (re)conhecimento da tradição de seu povo, o personagem usa do poder dos mortos na busca da manutenção do próprio poder, na tentativa de sobreviver e vira-se contra aquilo que contribuiu na sua ascensão: as reivindicações do proletário e a sua luta. E a culpa que o acomete durante o primeiro ritual de iniciação dá lugar a um sentimento de glória no momento em que vence seus inimigos da diretoria e se mantém no cargo, perpetuando os movimentos genocidas de poder que o Estado, legitimamente, lhe confere.

Considerações finais

Depois de apresentar brevemente o enredo do romance e algumas de suas passagens de maior destaque, a base epistemológica que norteia o trabalho é exposta e, ao final, tem-se o entrelaçamento da teoria política com a literatura. Isto é, ao olhar a obra pelas lentes dos estudos pós-coloniais, e, mais precisamente, pelo espectro da colonialidade do poder, constata-se que mesmo após a libertação do país da condição de colônia portuguesa, a colonialidade ainda atua com muita intensidade e permanece nas mentes e nos corpos da população de Moçambique, em especial sobre a elite, que se constitui após a independência, e que herda poderes decisórios sobre a vida dos sujeitos. O romance, portanto, denuncia a existência de realidades diametralmente distintas, de um lado a população em estado de extrema pobreza e vulnerabilidade social, e, de outro, uma elite que se vale da corrupção para acumular riquezas e garantir o poder – embora seja composta, em grande parte, de ex-combatentes da luta pela libertação nacional.

Contudo, a manutenção da lógica de exploração da massa trabalhadora, a mercantilização do sexo, a condição subalternizada que se impõe à figura feminina, e, também, o tensionamento entre as origens, que se tenta apagar, em face do desconforto com uma civilidade que lhe é estranha, por mais que se pretenda absorver, são algumas marcas da colonialidade do poder retratadas na obra “O Sétimo Juramento”, e, via de regra, materializadas no personagem de David.

Considerando o potencial denunciativo da literatura de Chiziane, merece atenção o fato de que a própria autora da obra, quando questionada, negou ser feminista, embora sua escrita instigue a crítica sobre a condição humana, em especial, a da mulher na sociedade moçambicana, que, assim como suas personagens femininas, via de regra, estão imersas em uma cultura machista, que frequentemente as subjulga. Isto é, Chiziane após militar pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), durante a guerra pela independência do país, incumbiu-se de dar continuidade a sua luta através da literatura. E apesar rechaçar o título de romancista, foi a primeira mulher a publicar um livro deste gênero em Moçambique⁷, e a partir da sua contação de histórias – como ela prefere descrever o seu trabalho – sobre pessoas comuns e seus cotidianos, religiosidades, conflitos, amores e, ainda, sobre as limitadas posições e condições da mulher nessa sociedade, Chiziane não só apresenta Moçambique ao mundo, mas avança na luta pelo direito das mulheres, ao passo que sua literatura serve de apoio e inspiração para que outras mulheres escrevam suas próprias histórias. Ou seja, a posição da autora de não enquadrar sua escrita como feminista parece ter menos a ver com não partilhar dos mesmos ideais, visto que está engajada na luta pelos direitos humanos, com especial atenção aos direitos das mulheres, e mais com preservar sua identidade de mulher negra, africana, moçambicana, que lutou pela independência de seu país e desconhece a necessidade de colonizar seu ser para enquadrar-se politicamente. O que, de fato, permanece da materialidade ficcional da autora, é a certeza de que a organização do imaginário das ex-colônias portuguesas na África, seu reassentamento na tradição e a denúncia dos excessos do poder colonial, bem como sua permanência, têm na literatura um veículo de embate reativo, potente e estabilizado.

⁷ *Balada de Amor ao Vento*, em 1990.

Referências

AGUIAR, R. H.; CONTE, D.; TETTAMANZY, A.L.L. De África, de Áfricas e outros silenciamentos: da tradição oral à materialidade ficcional de Paulina Chiziane. **Revista Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 39, n. 66, p. 127-150, jan./jun. 2014.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, pp. 89-117, nº 11, maio-ago, Brasília, 2012.

COSTA, José Ricardo da; CONTE, Daniel. O sétimo juramento: metáforas para um (contra)feitiço no pós-independência. **Scripta Uniandrade**, v. 16, n. 2 (2018), p. 330-346. Curitiba, Paraná, Brasil Data de edição: 27 set. 2018.

CONTE, Daniel. Dos discursos e dos silêncios em *O cão e os Caluandas* e n'O desejo de Kianda, de Pepetela. CONTE, D.; TUTIKIAN, J. (Org) **Palavra Nação**. Porto Alegre, Edufrgs, 2012.

CHIZIANE, Paulina. *EU, MULHER... POR UMA NOVA VISÃO DO MUNDO* (Testemunho escrito em 1992, por iniciativa da UNESCO). **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF (Abril)**, pp. 199-205, vol. 5, nº 10, abril de 2013.

CHIZIANE, Paulina. **O Sétimo Juramento**. Lisboa: Caminho, 2000.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007

QUIJANO, Aníbal. CUESTIONES Y HORIZONTES. Colonilidade del poder y Clasificación Social. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, nº 17, 2000.

QUINTERO, Pablo. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina. In: **Des/Colonialidad y Bien Vivir. Um nuevo debate en América Latina**. Universidad Ricardo Palma. Editorial Universitaria. Lima, 2014.

SANTOS, Cristina Mielczarski; PRZYBYLSKI, Mauren Pavão. Memória e magia em *O sétimo juramento*, de Paulina Chiziane. **Revista Contexto**, pp. 22-40, nº 26, Vitória, 2014/2.